

## 214 deputados formam Frente Parlamentar contra UCs

Categories : [Notícias](#)

O que os deputados Alceu Moreira (PMDB-RS), vice-presidente sul da Frente Parlamentar da Agropecuária, Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), relator do projeto que pretendia liberar mineração em unidades de conservação de proteção integral e Jair Bolsonaro (PP-RJ) têm em comum? Além de [votarem a favor da mudança do Código Florestal Brasileiro](#), estes parlamentares participam da mais nova Frente Parlamentar da Câmara dos Deputados, criada para reavaliar a questão fundiária dentro de [Unidades de Conservação](#).

A Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegida (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) é composta de 214 deputados (*veja tabela abaixo*) e é liderada pelo deputado Weverton Rocha (PDT-MA).

### Contra UCs

O colegiado tem entre seus membros deputados que já apresentaram projetos contrários à legislação ambiental em geral e à unidades de conservação.

Jair Bolsonaro, por exemplo, [entrou com um mandato de segurança para liberar a pesca](#) dentro da Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios), localizada entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro. A iniciativa aconteceu após o deputado ser multado pelo Ibama por pescar na área protegida. Após o imbróglio, dois deputados ligados a Bolsonaro apresentaram projetos de lei para tentar liberar a pesca na reserva. Os projetos tramitam juntos na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

### Deputado que quer recortar SNUC está na comissão

No final do ano passado, um relatório que quase passou despercebido na Comissão de Minas e Energia se transformou na [principal preocupação dos ambientalistas](#). Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG) era relator do projeto de lei que permite mineração dentro de unidades de conservação de proteção integral, mas foi além: no texto, o deputado alterou a [lei do SNUC \(Sistema Nacional de Unidades de Conservação\)](#), que dá base a todo o sistema de áreas protegidas do país.

Entre as modificações, ele acrescentou um artigo que não existe na lei atual e que lista situações que proibiriam a criação de Unidades de Conservação, retirou parágrafos que regulavam as atividades permitidas às populações tradicionais dentro das UCs de Uso Sustentável e dispensou a obrigatoriedade de lei específica para alterar – aumentar ou reduzir – o tamanho ou limites das Unidades de Conservação, contra o que dispõe o Inciso III do artigo 225 da Constituição Federal.

O projeto acabou não sendo apreciado no ano passado e [mudou de relator com a troca de composição da comissão](#).

Segue a lista dos deputados que integram o grupo. Você também pode [fazer o download da lista aqui](#)

Você também pode [fazer o download da lista aqui](#)

**Leia também**

[Criação de frente parlamentar contra UCs é pesadelo ambiental](#)